

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - CDHM

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. PADRE JOÃO)

Requer a realização de audiência pública, para tratar do desastre de Mariana/MG, decorrente do rompimento da Barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, para tratar do desastre de Mariana/MG, decorrente do rompimento da Barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015, acerca dos impactos sociais do desastre e do andamento das ações dos órgãos públicos e das empresas envolvidas, para sua mitigação.

A relação de convidados será repassada posteriormente à Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM.

JUSTIFICAÇÃO

O desastre de Mariana foi o maior desastre ambiental do mundo, envolvendo o rompimento de barragem. Os impactos ambientais e socioeconômicos são muito complexos e sua mitigação/compensação é tarefa de longo prazo.

Esta Comissão já vem apurando violações de direitos humanos após o rompimento da barragem, entre os quais o não atendimento a pessoas atingidas e não cadastradas como tal; problemas de saúde resultante da qualidade da água captada para consumo humano; discriminação contra mulheres pescadoras; indenização insuficiente a famílias afetadas; e

desmobilização e criminalização de movimentos sociais. Todas essas denúncias foram consolidadas no Relatório sobre audiência e diligência realizadas por esta Comissão em 2016, publicado na página deste Colegiado.

A presente audiência pública tem por fim ouvir os relatos trazidos por representantes das comunidades atingidas, representantes de entidades, movimentos sociais, empresas e órgãos públicos envolvidos, acerca da eficácia das medidas em andamento, para mitigar os impactos sociais do desastre, e dos problemas acima apontados, identificados pelos parlamentares desta Comissão. Consideramos que o depoimento dos representantes locais enriquecerá a percepção dos parlamentares, sobre o drama das famílias atingidas pelo desastre.

Assim, torna-se importante saber o andamento das fiscalizações e investigações que apuraram as causas e responsabilidades pelo desastre e a visão acadêmica, a partir de pesquisas em desenvolvimento na região.

Com a realização da audiência esse Colegiado terá melhor ciência de como andam as ações de contenção de rejeitos da Barragem de Fundão; os riscos da retomada das atividades da Samarco; a atual situação da qualidade da água na bacia do Rio Doce; e ainda, como andam as medidas gerais de reparação, restauração e reconstrução das áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, previstas no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC).

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares, para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado PADRE JOÃO